

Síntese dos Diálogos

COP30 comCiência:

Ciência, Territórios e Futuro Climático



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



GOVERNO DO BRASIL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Luciana Santos

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

DIRETOR

Nilson Gabas Júnior

COORDENADOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Marlúcia Bonifácio Martins

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO E EXTENSÃO

Sue Anne Costa

DIREÇÃO DE DESIGN

Sâmia Batista

CAPA, PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO E ILUSTRAÇÕES

Marcos Andrade

TEXTOS

Alberto Akama

Ana Prudente

Gleen Shepard

Ima Vieira

Marlúcia Martins

Márlia Coelho

Nelson Sanjad

Roberto Araújo

Erêndira Oliveira

RELATORIA

Elcio Costa

REVISÃO DE TEXTO

Iraneide Silva

FOTOS

Adrya Marinho

Bruno Carachesti

Helena Lima

Janine Valente

Paula Sampaio



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos este documento síntese, resultado do projeto “Ciclo de Diálogos – COP30 comCiência”, realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. O documento é fruto de uma construção coletiva que envolveu pesquisadoras, pesquisadores e parceiros de diversas instituições amazônicas em seis encontros mensais preparatórios para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), realizada em Belém do Pará.

A iniciativa reuniu cientistas, lideranças comunitárias, comunicadores e gestores públicos em uma série de encontros voltados à coprodução de conhecimento sobre os desafios e as possibilidades da Amazônia diante da crise climática global. Esses diálogos reafirmam o papel histórico do Museu Goeldi, instituição com quase 160 anos dedicados à pesquisa e à difusão do conhecimento, como ponte entre ciência, comunidades e políticas públicas, consolidando o seu protagonismo na construção de soluções sustentáveis para o futuro da região.

O Brief Report sintetiza reflexões, evidências científicas e recomendações estratégicas que emergiram desses debates, abordando temas centrais como financiamento climático direto e transparente, transição energética compatível com o bioma amazônico, governança territorial e justiça climática, integração entre saberes científicos e tradicionais e fortalecimento da sociobioeconomia. Em comum, essas pautas reafirmam que a Amazônia não é apenas um bioma, mas um território vivo, plural e dinâmico, habitado por povos que há milênios constroem conhecimento e manejam a floresta com sabedoria e reciprocidade.

No contexto da COP30, este documento assume relevância estratégica: ele expressa, de forma convergente, a voz da ciência amazônica e a voz dos povos da floresta, demonstrando que as soluções

para a crise climática já existem e estão enraizadas nos territórios e nas práticas de cuidados com a natureza.

Falta-lhes, contudo, reconhecimento, apoio e amplificação, para que possam inspirar o mundo em direção a novos pactos de convivência entre humanidade e meio ambiente.

Que este trabalho seja, ao mesmo tempo, registro e compromisso. Que sirva de inspiração para alianças duradouras entre ciência e saberes tradicionais, entre inovação e ancestralidade, entre a floresta e o planeta. E que Belém, sede da COP30, afirme-se como símbolo global de uma nova ética de coexistência com a natureza.

Nilson Gabas Jr.

Diretor do Museu Goeldi



SUMÁRIO

Introdução

9

Pontos-chave

13

A COP30 em Belém, 2025:

Um Marco Histórico

41

Recomendações

Estratégicas Consolidadas

27

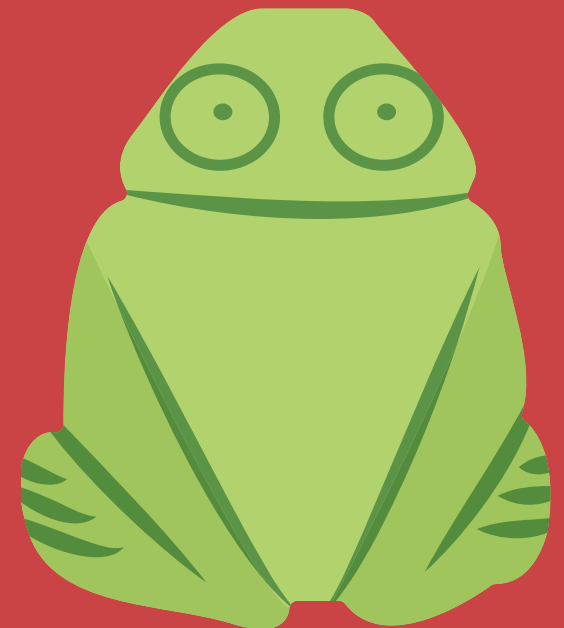
Considerações Finais

47

Participantes do

Ciclo de Diálogos

53



Introdução

Em preparação para a COP30, o Museu Paraense Emílio Goeldi, em seu Campus de Pesquisa¹, promoveu uma série de diálogos inovadores reunindo cientistas, populações locais, comunicadores e tomadores de decisão. Estes encontros representam um marco na construção de conhecimento colaborativo sobre a Amazônia e seu papel central no enfrentamento da crise climática global.

Com 159 anos de produção científica e o mais completo acervo sobre a diversidade biológica e cultural amazônica, o Museu Goeldi posiciona-se como ponte fundamental entre a ciência e os territórios, consolidando um papel histórico na geração de conhecimento essencial sobre a maior floresta tropical do mundo, de importância estratégica para o entendimento e enfrentamento da crise climática.

¹ - Instalado em Belém no bairro Terra Firme em 1978, abriga laboratórios, 17 coleções científicas (botânica, zoologia, arqueologia, etnografia, linguística, paleontologia, minerais e rochas) e estruturas de apoio à educação e extensão científica. Ele representa um núcleo estratégico para o estudo interdisciplinar da Amazônia, onde conecta ciência, patrimônio e saberes tradicionais, sustentando a atuação do Museu na vanguarda de pesquisa amazônica.

Fachada do Campus de Pesquisa do Museu Goeldi

Foto: Janine Valente

Os diálogos foram estruturados com quatro objetivos estratégicos fundamentais:

1. Promover o diálogo horizontal entre cientistas, populações locais e tomadores de decisão, reconhecendo a legitimidade de diferentes formas de conhecimento e criando espaços de interlocução efetiva;
2. Ampliar redes de colaboração em pesquisa climática entre cientistas e comunidades amazônicas, fortalecendo vínculos de longo prazo e criando parcerias sustentáveis;
3. Destacar a relevância de 159 anos de produção sistemática de conhecimento pelo Museu Goeldi, primeiro projeto científico nacional para o estudo da Amazônia, seu extenso acervo sobre a diversidade biológica e cultural amazônica, e sua importância estratégica para o entendimento e enfrentamento da crise climática;
4. Demonstrar a importância fundamental dos povos e territórios amazônicos para a conservação da Amazônia e o enfrentamento climático global, evidenciando o papel protagonista das populações tradicionais.



Os diálogos abordaram quatro eixos temáticos fundamentais que estruturam os desafios e oportunidades da região amazônica:

Eixos Propostos

- 1** Políticas públicas com base em pesquisa científica, incluindo Desmatamento Zero, Restauração e Reflorestamento, vinculados ao controle dos fatores de degradação ambiental.
- 2** Conectividade entre as COPs de Biodiversidade e Clima.
- 3** Diversidade biocultural amazônica e modos de vida dos territórios.
- 4** Bioeconomia da sociobiodiversidade e valorização dos serviços ambientais.

Pontos-Chaves

Os debates sobre o futuro climático da Amazônia revelam uma urgência incontornável: é preciso repensar a forma como os recursos chegam — e a quem, de fato, eles servem.

As vozes reunidas nesses diálogos apontam para um consenso: a transição ecológica e energética na Amazônia não pode ser imposta de fora, nem guiada por interesses que desconsiderem a realidade dos territórios.

Assim, somos convidados à reflexão sobre um princípio essencial: sem justiça territorial e sem autonomia dos povos, não há justiça climática. Defender a Amazônia é defender a vida — em sua pluralidade, seus ritmos e suas formas de existir.

Projeto “Replicando o Passado”

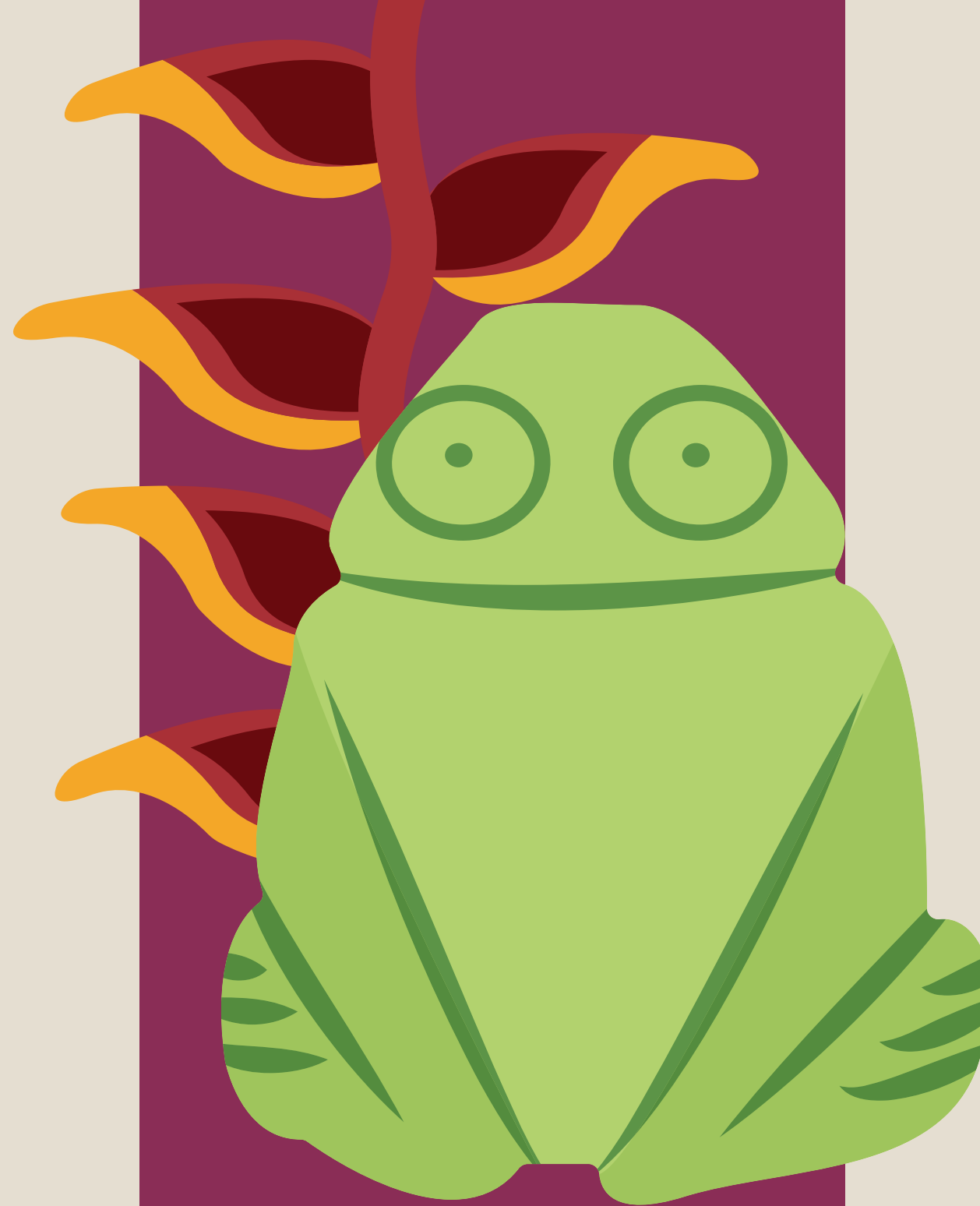
Foto: Helena Lima (Acervo/MPEG)

Financiamento Climático: Autonomia e Recursos Diretos

Um dos pontos centrais discutidos foi a necessidade urgente do financiamento climático não deve depender exclusivamente de agentes externos. Financiamento direto para os territórios, permitindo a chegada de recursos para capacitações, formações e promoção de projetos que tragam qualidade de vida concreta para os povos.

Entretanto, os diálogos revelaram um dado alarmante: apenas um por cento dos recursos investidos no combate às mudanças climáticas chegam diretamente às populações locais.

Esta realidade crítica demonstra a urgência de reduzir os “atravessadores” financeiros e estabelecer mecanismos transparentes e diretos de transferência de recursos.



Projetos de REDD+ e Responsabilidades do Estado

Uma preocupação central emergiu quanto à implementação de projetos de Redução de Emissões do desmatamento e degradação florestal (REDD+) na região. Os projetos de REDD+ não podem oferecer como contrapartida unicamente políticas públicas que são obrigação do Estado.

Eles não eximem o Estado da implementação de investimentos essenciais e urgente, como saúde, educação, saneamento e infraestrutura básica e adequadas às economias domésticas. Os benefícios do REDD+ só poderão impulsionar as economias locais em bases sustentáveis, nessas condições.

A decisão sobre como gastar os valores obtidos através destes projetos deve ser única e exclusiva das comunidades, embora se tenha observado que algumas comunidades tendem a utilizar esses valores para suprir deficiências do Estado. Este cenário deve ser cuidadosamente observado, pois é extremamente preocupante e indica uma falha estrutural nas políticas públicas.

Transição Energética com Respeito ao Bioma

Os diálogos enfatizaram que a transição energética deve ser rigorosamente compatível com a conservação do bioma amazônico. Uma recomendação estratégica fundamental estabelece que o Brasil deve exportar energia somente depois de concluída a transição energética nacional, garantindo que o desenvolvimento energético não comprometa a integridade ecológica da região nem prive a população brasileira de acesso à energia limpa.

Além disso, é imperativo manter o controle e redução de emissões dentro do limite de 1,5 graus de aquecimento global, conforme estabelecido nos acordos climáticos internacionais.



Considerar efetivamente a energia solar e eólica e reconhecer as limitações e risco das grandes hidrelétricas pela produção de metano, perda de biodiversidade e impactos sociais. O Brasil deve investir diretamente em fontes limpas e descentralizadas, promovendo o acesso à energia de forma sustentável, principalmente nas comunidades amazônicas.

A transição energética deve levar em conta não apenas os aspectos tecnológicos, mas também os sociais e culturais. Isso deve ser feito com transparência e participação efetiva das comunidades locais nas etapas de planejamento. O planejamento energético precisa reconhecer as desigualdades históricas e promover políticas de compensação territorial.

Vulnerabilidade Social e Justiça Climática

A vulnerabilidade social das populações amazônicas emerge como tema transversal em todos os diálogos. As recomendações apontam para a necessidade de:

- Diversificar a produção tanto extrativa quanto agrícola, reduzindo dependências e aumentando a resiliência econômica das comunidades;
- Fortalecer sistemas alimentares locais, reconhecer o papel da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, e investir em ciência coproduzida que integre saberes locais e acadêmicos.
- Investir em Saúde Única, reconhecendo as interconexões fundamentais entre saúde humana, animal e ambiental; a saúde deve ser entendida de forma ampliada, incluindo alimentação, saneamento e condições ambientais.
- Dar acesso à informação, inclusive à própria história dos povos, fortalecendo a identidade e autonomia cultural;



- Garantir direitos e governança plena dos territórios, reconhecendo a capacidade de autogestão das comunidades tradicionais;
- Fortalecer a implementação de cidades resilientes na Amazônia, preparadas para os desafios climáticos.
- Valorizar as tecnologias sociais desenvolvidas pelas comunidades, como formas de cultivo, manejo da floresta e práticas alimentares, como parte da solução para a crise climática
- Combater o racismo ambiental. Este conceito é central para compreender as desigualdades na capacidade de resiliência e respostas das comunidades aos efeitos das mudanças ambientais, apontando como populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e quebradeiras de coco são atingidas de modo desproporcional.
- Estimular a mobilização social e pela construção de agendas de ação territoriais, que permitam articular soluções locais com escalas mais amplas, inclusive em cooperação panamazônica. A chave está em reconhecer e fortalecer as soluções já existentes nos territórios, alinhando-as às estratégias globais de enfrentamento da crise climática.

Biodiversidade: Heterogeneidade e Conhecimentos Integrados

Um consenso fundamental emergiu dos diálogos: a Amazônia não é uma unidade homogênea e requer abordagens específicas para seus diferentes ecossistemas, considerando as particularidades geológicas, biológicas e sociais dentro da região. Há muitas áreas de endemismo na região que abrigam espécies exclusivas e que precisam ser consideradas. Esta compreensão é essencial para qualquer política pública ou projeto de pesquisa na região. Os efeitos das mudanças climáticas sobre a floresta (escassez de chuva) demonstrado experimentalmente, indicam uma alta seletividade de espécies e grande perda de biomassa florestal, produzindo uma floresta mais homogênea e com menor capacidade de acumulação de carbono.



As terras indígenas e territórios tradicionais são os espaços mais eficazes na proteção da biodiversidade, demonstrando empiricamente a sua superioridade em relação a outras formas de conservação. No entanto, estes territórios estão gravemente ameaçados por projetos de infraestrutura, flexibilização ambiental e marginalização sistemática dos povos que os habitam.

O conhecimento indígena, ribeirinho, quilombola e urbano-periférico deve ser reconhecido como parte constitutiva da ciência amazônica, integrando de forma efetiva processos de pesquisa, monitoramento e proposição de políticas públicas. Este reconhecimento não é apenas uma questão de justiça epistêmica, mas de eficácia científica e pragmática.

Modelagens climáticas aplicadas a espécies endêmicas da região de endemismo Belém, revelam que mais de 70% das espécies podem perder totalmente suas áreas de distribuição climática até 2070. Espécies como o Jacu e a Ararajuba enfrentam cenários de perda de habitat superiores a 90%, mesmo sob projeções climáticas consideradas “otimistas”. Os dados indicam uma redução drástica das áreas de maior riqueza biológica na Amazônia, o que compromete a conservação da biodiversidade.

A biodiversidade está intrinsecamente ligada à saúde única e à bioeconomia, e a conservação da biodiversidade depende da manutenção da conectividade do bioma. A fragmentação dos ecossistemas representa uma ameaça existencial à resiliência amazônica. Os corredores ecológicos são fundamentais para minimizar tais efeitos e garantir a conexão necessária à conservação da biodiversidade.

A Amazônia deve ser compreendida como uma paisagem cultural, moldada ao longo de milênios por povos indígenas e ao longo de séculos por quilombolas e comunidades tradicionais. Exemplos como a domesticação de espécies e a formação da terra preta são evidências de tecnologias ancestrais que aumentaram a diversidade e a resiliência do bioma. O manejo tradicional não deve ser confundido com extrativismo, mas sim compreendido como uma tecnologia de cuidado e reciprocidade, entendendo a floresta como uma teia de relações que envolve humanos, animais, plantas, rios e solos.



Resiliência da Floresta e Defesa dos Territórios

Valorizar os saberes tradicionais e apoiar os povos tradicionais no cuidado dos seus territórios é uma estratégia comprovadamente eficaz. Sabe-se que as áreas com reduzido impacto de desmatamento e degradação são as áreas destinadas ao uso coletivo dos povos tradicionais, o que demonstra a efetividade de suas práticas milenares e seculares de manejo.

Tais práticas são responsáveis por ampliar a biodiversidade, enriquecer os solos e fortalecer a capacidade dos ecossistemas amazônicos de enfrentar crises climáticas. Tecnologias ancestrais demonstram que a presença humana na Amazônia sempre foi um fator de cuidado e não de destruição.



Essa resiliência, no entanto, só é possível com a garantia e a defesa dos territórios indígenas, quilombolas e comunitários, reconhecidos como espaços de governança sustentável e de produção de conhecimento.

A preservação da Amazônia, portanto, depende tanto da valorização desses saberes quanto da proteção dos direitos coletivos que asseguram a continuidade dos modos de vida que mantêm viva a floresta.

Contudo, existe um cenário preocupante de criação de legislação que busca fragilizar os instrumentos de fiscalização e proteção das florestas.

Este cenário precisa ser combatido não apenas pelos povos e populações tradicionais, mas por toda a sociedade.

Todos precisam colaborar na defesa e preservação do meio ambiente. Defender a floresta é um caso de urgência que transcende interesses setoriais ou regionais.





Recomendações Estratégicas Consolidadas

Os diálogos sobre o futuro da Amazônia convergiram para na compreensão que a sustentabilidade não é apenas uma pauta ambiental, mas sim um projeto civilizatório.

As recomendações aqui reunidas traduzem um esforço coletivo para fortalecer a autonomia dos povos, a justiça climática e a integridade dos ecossistemas amazônicos, articulando ciência, políticas públicas e saberes tradicionais em uma visão integrada de futuro.

A construção dessas diretrizes emerge do reconhecimento de que a floresta é habitada, pensada e cuidada por povos que, há séculos, garantem a sua continuidade. Assim, proteger a Amazônia significa assegurar direitos, territórios e modos de vida.

Caminhos para um Amazônia Viva e Justa

As recomendações reunidas apontam caminhos possíveis para que a Amazônia siga sendo território de vida, diversidade e futuro. São diretrizes que afirmam a necessidade de proteger quem cuida da floresta, garantir autonomia aos povos e reconhecer o valor dos saberes tradicionais como parte da solução climática.

Ao integrar ciência, políticas públicas e participação social, essas propostas reafirmam que a justiça ambiental e a justiça social caminham juntas — e que preservar a Amazônia é assegurar a continuidade da própria existência.



1 Proteção e Segurança

Proteger os defensores da floresta através de políticas públicas robustas, mecanismos de segurança efetivos e combate à impunidade contra crimes ambientais e violações de direitos humanos;

2 Infraestrutura e Acesso

- Melhorar a infraestrutura de acesso às comunidades, respeitando características ambientais e promovendo desenvolvimento sustentável;
- Dar acesso ao mercado para produtos da bioeconomia e da sociobioeconomia, criando cadeias de valor justas e transparentes;



3 Financiamento Direto e Transparente

- Criar mecanismos robustos para que os recursos cheguem diretamente às comunidades, eliminando intermediários desnecessários e garantindo que mais do que apenas 1% dos recursos climáticos alcancem efetivamente as populações locais;
- Garantir que a decisão sobre como gastar os valores obtidos seja única e exclusiva das comunidades, respeitando sua autonomia e capacidade de autogestão;

4 Projetos de REDD+ e Obrigações Estatais

Assegurar que projetos de REDD+ sejam impulsionadores da conservação, restauração e desenvolvimento da socioeconomia e não substitutos das obrigações do Estado, mantendo clara separação entre iniciativas de mercado de carbono e responsabilidades governamentais em saúde, educação, saneamento e infraestrutura básica;

5 Consulta e Participação

- Observar rigorosamente se os responsáveis estão cumprindo os acordos internacionais, como a Convenção 169 da OIT, seguindo os protocolos de consulta livre, prévia e informada dos povos e comunidades tradicionais;
- Garantir que as famílias locais estejam recebendo todas as informações necessárias para sua tomada de decisão de forma clara, acessível e culturalmente adequada;

6 Governança Territorial

Garantir segurança jurídica, direito e governança plena dos territórios pelas comunidades tradicionais, reconhecendo sua legitimidade e eficácia na proteção ambiental;



7 Combate à Fragilização Ambiental

- Prover segurança jurídica dos territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais como ribeirinhos e habitantes da região costeira.
- Combater legislações que fragilizam os instrumentos de fiscalização e proteção das florestas, mobilizando toda a sociedade nesta defesa, não apenas os povos tradicionais;
- Reconhecer a natureza como sujeito de direitos. As mudanças climáticas ameaçam severamente a biodiversidade amazônica e a capacidade adaptativa das espécies, exigindo ações urgentes de conservação e políticas públicas baseadas em evidências científicas, considerando plantas, animais, rios e solos como partes ativas na formulação de estratégias de sustentabilidade
- Em consonância com as cosmovisões indígenas, cabe ao Estado garantir, de forma constitucional, a proteção desses ecossistemas, assegurando sua integridade e continuidade.

8 Valorização de Saberes

- Valorizar os conhecimentos tradicionais e integrá-los efetivamente aos processos científicos, de pesquisa e formulação de políticas públicas;
- Reconhecer os conhecimentos indígena, quilombola, ribeirinho e urbano-periférico como partes constitutivas e legítimas da ciência amazônica;

9 Diversificação Produtiva

Diversificar tanto a produção extrativa quanto a agrícola, fortalecendo a sociobioeconomia amazônica, sem ampliar a produção de commodities e reduzindo vulnerabilidades econômicas;



10 Saúde Integral

Investir em Saúde Integral, reconhecendo as interconexões fundamentais entre saúde humana, animal e ambiental, especialmente relevantes no contexto amazônico;

11 Acesso à Informação e Identidade

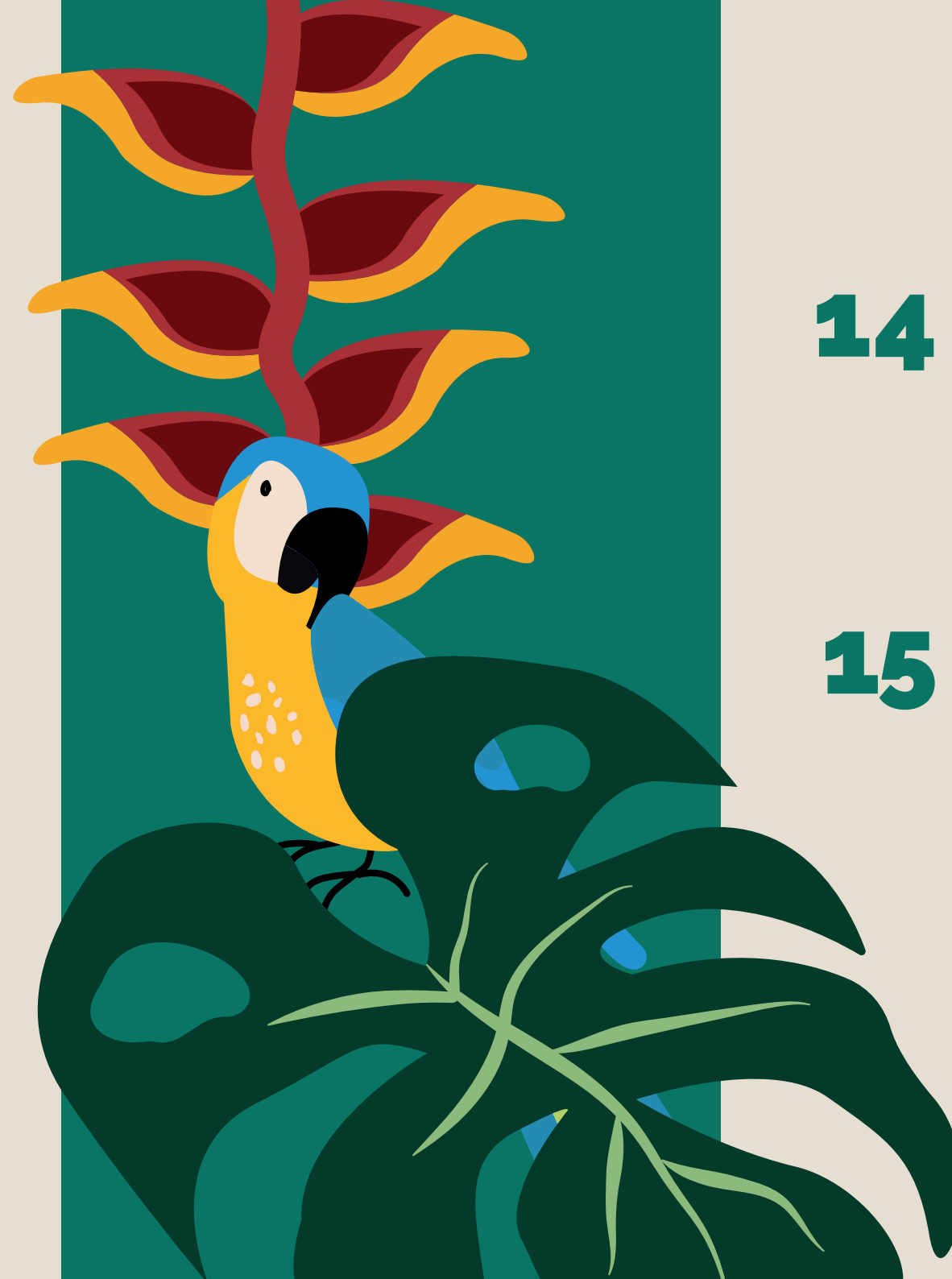
- Dar acesso à informação, inclusive à própria história dos povos tradicionais, fortalecendo identidade cultural, memória coletiva e autonomia;
- Valorizar os sistemas de transmissão intergeracional de conhecimentos como parte de currículos escolares e iniciativas comunitárias;

12 Resiliência Urbana

- Fortalecer a implementação de cidades resilientes na Amazônia, preparando centros urbanos para desafios climáticos e integrando-os às estratégias regionais de conservação;
- Integração de saberes nas políticas urbanas: incorporar práticas de manejo tradicional no planejamento das cidades amazônicas, fortalecendo a arborização, a agricultura urbana e a gestão das águas.

13 Controle de Emissões

Controlar e reduzir emissões mantendo o limite de 1,5 graus de aquecimento global, estabelecendo metas claras e mecanismos de monitoramento efetivos;



14 Transição Energética Responsável

Garantir transição energética compatível com a conservação do bioma, estabelecendo como princípio exportar energia somente depois de concluída a transição energética nacional;

15 Certificação e Padrões

Criar padrões harmonizados de contabilidade e certificação de carbono (taxonomia), que garantam integridade ambiental, adicionalidade real e benefícios tangíveis para as comunidades locais;

16 Abordagens Específicas

Desenvolver abordagens específicas para diferentes ecossistemas amazônicos, considerando particularidades geológicas, biológicas e sociais, rejeitando soluções uniformes para uma região heterogênea;

17 Conectividade e Integridade

Manter a conectividade do bioma, reconhecendo que a conservação da biodiversidade depende da integridade e interconexão dos ecossistemas amazônicos; promover a restauração ecológica dos ecossistemas privilegiando a diversificação de espécies nativas e a proteção da vegetação secundária.

18 Alianças Duradouras

Fortalecer alianças duradouras entre academia e territórios, estabelecendo parcerias horizontais, respeitosas e de longo prazo baseadas em confiança mútua e benefícios compartilhados;





A COP30 em Belém, 2025: Um Marco Histórico

A realização da COP30 em Belém representa uma oportunidade histórica e estratégica para posicionar o Brasil como líder global em soluções climáticas baseadas na floresta.

Este é um momento decisivo para o cumprimento do Acordo de Paris e para a demonstração prática de que é possível conciliar desenvolvimento, justiça social e conservação ambiental.

Expectativa central para a COP30

A expectativa central para a COP30 é a apresentação de Novas NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) alinhadas à meta de 1,5°C, com:

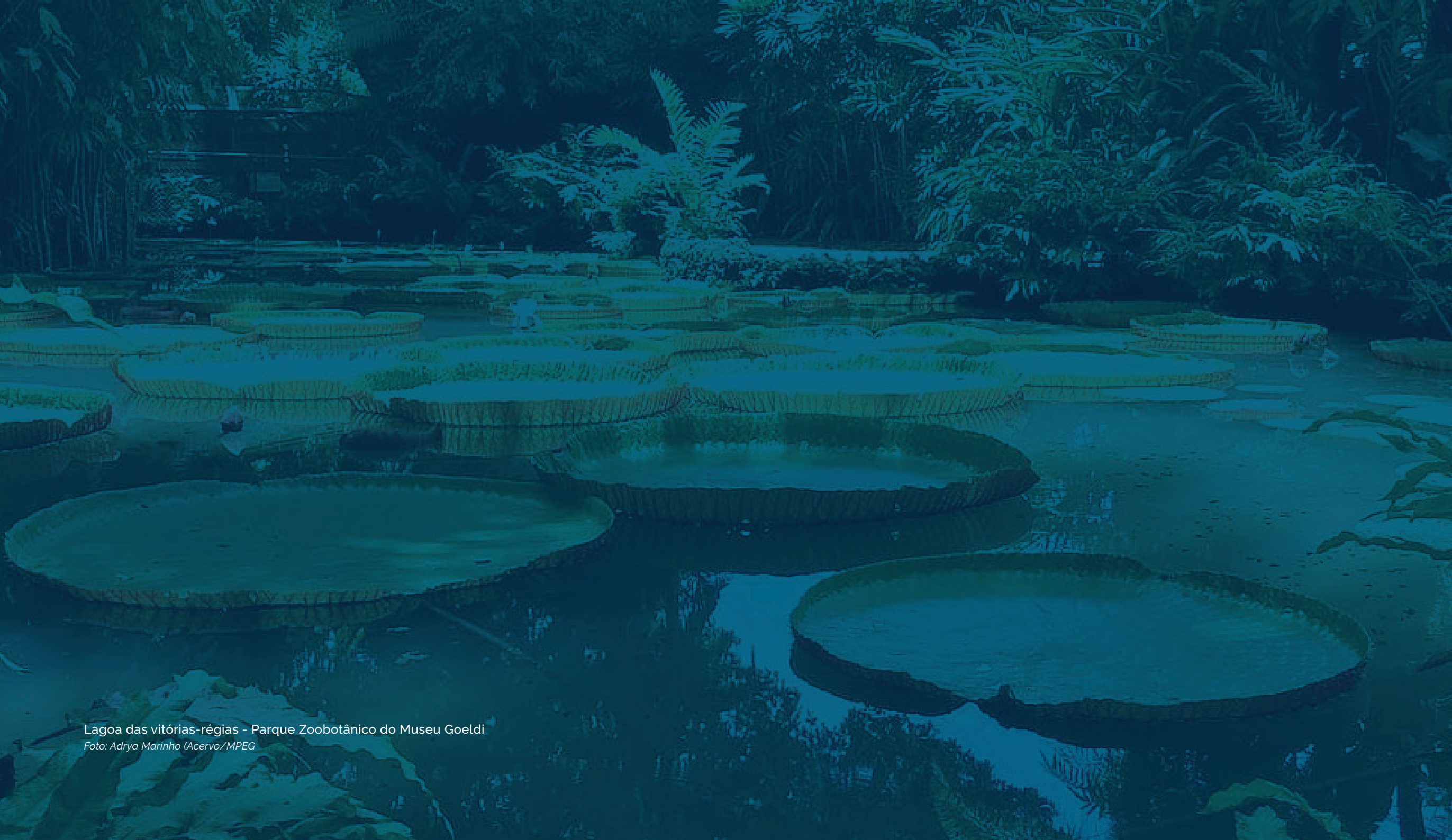
- Compromissos mais ambiciosos para conter o aquecimento global;
- Definição de metas mensuráveis e qualificáveis, que permitam monitoramento rigoroso e prestação de contas transparente;
- Integração efetiva das contribuições dos povos e territórios amazônicos nas estratégias climáticas nacionais.

Os Diálogos enfatizaram a necessidade de preparar a COP30 como uma oportunidade para apresentar ao mundo uma Amazônia viva, diversa e plural, onde a ciência se faz com os povos e não apenas sobre eles.

Esta perspectiva representa uma mudança paradigmática na forma como a região é apresentada e compreendida globalmente.

A COP30 deve ser o palco para demonstrar que:

- A conservação da biodiversidade é central nas estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas e está intrinsecamente ligada à saúde única e à bioeconomia;
- A conservação efetiva depende do protagonismo dos povos tradicionais;
- As soluções climáticas mais eficazes emergem da integração entre conhecimentos científico e tradicionais;
- A Amazônia não é apenas “pulmão do mundo”, mas um território habitado por povos com direitos, conhecimentos e projetos de futuro.



Considerações Finais

Os Diálogos Amazônicos promovidos pelo Museu Goeldi demonstram de forma inequívoca que a conservação da biodiversidade depende da manutenção da conectividade do bioma e do reconhecimento pleno dos povos tradicionais como protagonistas desta proteção.

As evidências científicas e empíricas são claras: as terras indígenas e territórios tradicionais são os espaços mais eficazes na proteção da biodiversidade amazônica.

A construção de um legado

O legado que se pretende construir com a COP30 e além dela passa necessariamente por:

- Alianças duradouras entre academia e territórios, baseadas em respeito mútuo, horizontalidade e benefícios compartilhados;
- Justiça ambiental efetiva, que garanta que aqueles que protegem a floresta tenham segurança jurídica sobre seus territórios , sejam adequadamente reconhecidos e apoiados;
- Um novo pacto civilizatório com a floresta, que supere a lógica extrativista e reconheça o valor intrínseco dos ecossistemas, da diversidade biológica e dos modos de vida tradicionais;
- Reconhecimento de que a biodiversidade está intrinsecamente ligada à saúde única e à sociobioeconomia, integrando estas dimensões em políticas públicas e estratégias de desenvolvimento.

A defesa e conservação das florestas amazônicas é um caso de urgência coletiva, que requer o engajamento não apenas dos povos tradicionais, mas de toda a sociedade brasileira e global. A Amazônia não é apenas patrimônio regional ou nacional, mas um elemento fundamental para o equilíbrio climático planetário e para a viabilidade da vida na Terra.

Os Diálogos promovidos pelo Museu Goeldi, instituição com 159 anos de conhecimento acumulado sobre a região, reafirmam que o caminho para o futuro passa necessariamente pelo respeito aos territórios, aos povos e aos conhecimentos que há milênios demonstram como viver em harmonia com a floresta. Este não é apenas um imperativo ético ou cultural, mas uma necessidade pragmática para a sobrevivência da Amazônia e do clima global.



A COP30 representa, portanto, um momento de inflexão civilizatória, uma oportunidade para que o mundo reconheça que as soluções para a crise climática já existem, estão sendo praticadas cotidianamente pelos povos amazônicos, e precisam ser reconhecidas, apoiadas, financiadas e replicadas globalmente. O desafio não é descobrir o que fazer, mas garantir os recursos, direitos e condições para que aqueles que sabem cuidar da floresta possam continuar fazendo-o, de forma digna, autônoma e sustentável.

Em síntese, a mensagem final é simples e poderosa: a Amazônia só terá futuro se o futuro for construído junto com os povos da floresta e das cidades amazônicas. Justiça climática, justiça social e democracia caminham juntas — e não há outro caminho possível.



Muros do Museu Goeldi - Museu de Arte Urbana de Belém (Maub)
Mural: Kekel | Foto: Bruno Carachesti

Participantes do Ciclo de Diálogos

Os Ciclos de Diálogos reúnem pesquisadoras, lideranças comunitárias, representantes de povos tradicionais, jornalistas e especialistas em diferentes áreas do conhecimento para refletir sobre os desafios e caminhos da Amazônia diante das mudanças climáticas.

A cada encontro, temas centrais como justiça climática, vulnerabilidade ambiental, transição energética e saberes ancestrais são debatidos sob múltiplas perspectivas, promovendo a escuta plural e o intercâmbio entre ciência, políticas públicas e saberes locais.

05/05 - A COP 30, FINANCIAMENTO,
JUSTIÇA CLIMÁTICA

COORDENADORA

Marlúcia Martins

PALESTRA DE ABERTURA

Ima Vieira

PARTICIPANTES

Andrew Miccolis
Francisco de Assis Costa
Haydee Marinho
Herena Neves Maues Corrêa de Melo
Irakadju Ka'apór
Monique Vanni
Roberto Araújo Santos
Thomas Mitschein
Valdeci Tembé

MODERADORES

Daniel Nardin
Ismael Machado
Joice Santos

06/06 - VULNERABILIDADE AMBIENTAL,
RESILIÊNCIA DE RIOS E DA FLORESTA

COORDENADORA

Márlia Coelho-Ferreira

PARTICIPANTES

Aline Maria Meiguins de Lima
Antonio Carlos Lôla da Costa
Divino Vicente Silvério
José Ivanildo Gama
Marcelo Tabarelli
Ô-é Paiakan Kayapó

MODERADORES

Cecília Amorim
Guilherme Guerreiro

24/06 - PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO E
POTENCIAL ADAPTATIVO DAS ESPÉCIES

COORDENADORA

Ana Lúcia da Costa Prudente

PARTICIPANTES

Camila Ribas
Gabriela Ribeiro Gonçalves
Josiel Jacinto Pereira Juruna
Maria de Fátima de Aguiar Guilherme

MODERADOR

Fabyo Cruz

14/07 - O CONTEXTO AMAZÔNICO
NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

COORDENADOR

Alberto Akama

PARTICIPANTES

Ivan Aragão
Patricia Nunes
Philip Martin Fearnside
Ronaldo Mecenaz

MODERADOR

Fabio Bispo

18/08 - VULNERABILIDADE SOCIAL
E ALTERNATIVAS PARA
TERRITÓRIOS AMAZÔNICOS

COORDENADOR

Roberto Araújo

PARTICIPANTES

Edel Nazaré Moraes Tenório
Gilson Lopes de Oliveira
Ivanildo Brilhante
Kelvyn Gomes
Raimunda Monteiro
Tatiana Sá

MODERADORES

Catarina Barbosa
Marcos Wesley

12/09 - POVOS DA FLORESTA
E CRIAÇÃO DE PAISAGENS AMAZÔNICAS

COORDENADORA

Erêndira Oliveira

PARTICIPANTES

Ana Carolina Melo
Artur Walipere Baniwa
Carlos Augusto da Silva (Tijolo)
Carolina Levis
Glenn Shepard
Maria Páscoa Sarmento

MODERADORES

Cristina Serra
Helena Palmquist

museu
goeldi



COP30
comCiência

